

Especialistas criticam projeto para mananciais

Proposta beneficiaria grandes empreendedores, excluindo população carente

ZULEIKA HADDAD

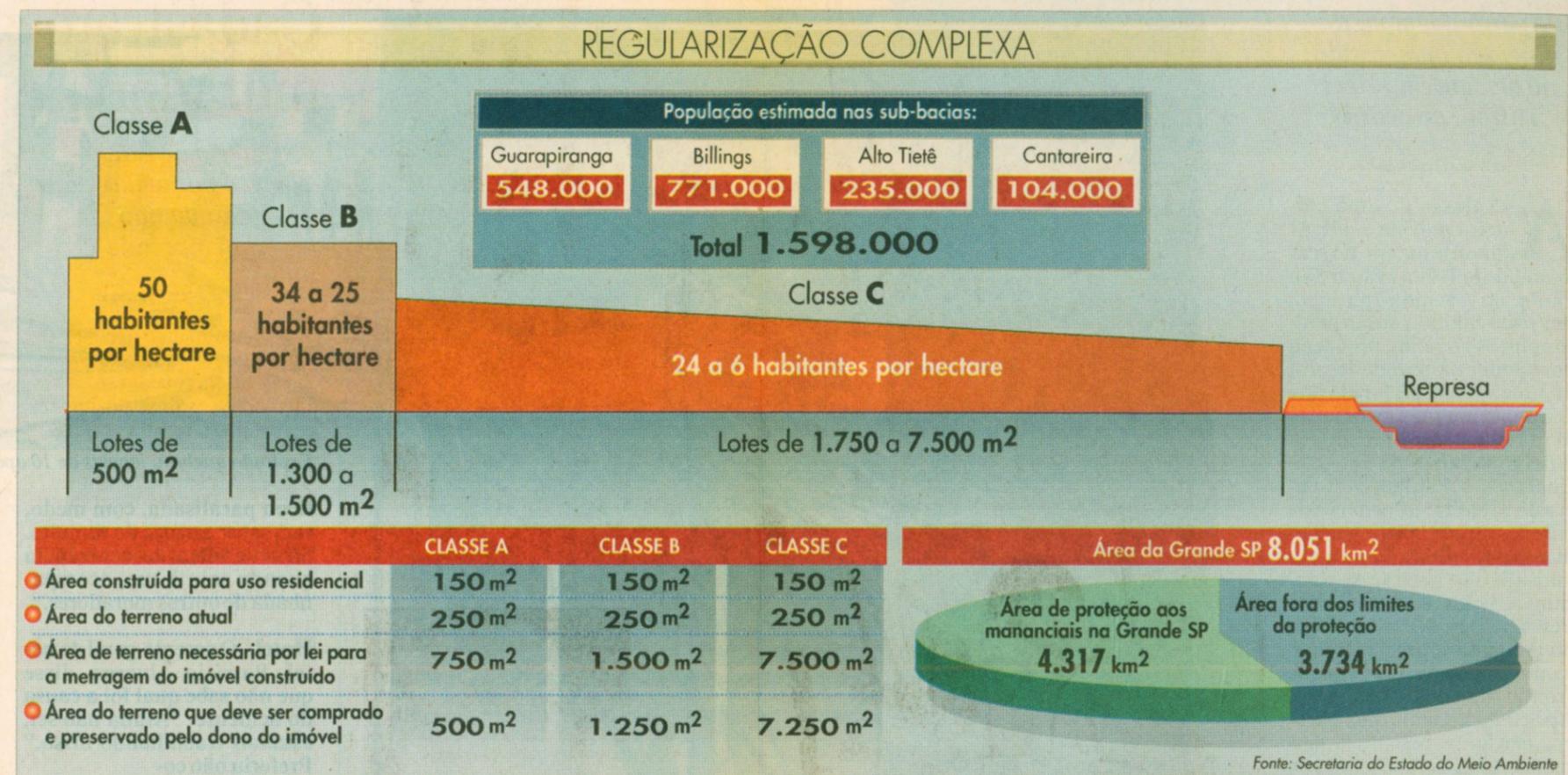
Ambientalistas fizeram ontem duras críticas ao projeto de lei da Secretaria do Estado do Meio Ambiente para regularizar a ocupação de áreas de manancial na Grande São Paulo, assinado pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB) no domingo. Eles afirmaram que a proposta do secretário Ricardo Tripoli é inviável na prática para a população de baixa renda e beneficia principalmente grandes empreendedores imobiliários, além de ter sido antidemocrática.

O presidente do Movimento em Defesa da Vida, Virgílio Alcides de Farias, membro do comitê da sub-bacia Billings, disse que o projeto não atingirá nem 1% das cerca de 1,6 milhão de pessoas que vivem irregularmente em área de manancial. "A grande maioria não terá dinheiro para comprar esses terrenos."

"Não houve discussão com os comitês das bacias hidrográficas nem com entidades, algo obrigatório quando se fala de manancial", disse o integrante do Instituto Sócio-Ambiental, João Paulo Capobianco. "O secretário simplesmente chamou a imprensa e anunciou essa ação irresponsável."

Teoricamente, a medida permitirá aos invasores se tornarem proprietários dos imóveis construídos em área de manancial. Mas, para isso, eles terão de recuperar e preservar o meio ambiente. Quem não tem escritura - cerca de 80% dos moradores - terá de comprar outro terreno e responsabilizar-se por ele.

O tamanho da área verde a ser adquirida varia conforme a proximidade com a represa. O dono de uma casa de 150 metros quadrados num terre-



no de 250 m² às margens do reservatório terá de preservar uma propriedade de 7.500 m² de área. Portanto, precisaria comprar mais 7.250 m².

O secretário explicou que a metragem do terreno a ser comprado pelos moradores e comerciantes deverá ser calculado pelo Departamento de Uso do Solo Metropolitano (Dusm) da secretaria. Nesse novo espaço, o proprietário terá de plantar e preservar mata ciliar.

A "solução revolucionária", como definiu Tripoli, modifica o artigo da Lei 1.172/76 segundo o qual as edificações só podem se enquadrar na lei se tiverem uma área verde contígua preservada. O secretário disse ter feito a modificação porque o acelerado processo de ocupação tornou inviável a preservação de terrenos vizinhos aos imóveis. "Tudo será feito sem um tostão do po-

der público", afirmou o secretário. "No futuro pode haver até indústrias lá, desde que não poluam o ambiente."

Capobianco afirmou temer a criação de uma "indústria da compensação". "É mais uma forma de o Estado se omitir. Se hoje a maior parte da área de mananciais está invadida é por omissão do Estado."

Na opinião do coordenador da campanha Billings, Eu Te Quero Viva!, Carlos Bocuhy, o projeto de Tripoli é inviável. "Na prática, o governo vai dar tutela de compensação do que restou dos mananciais para pessoas que os destruíram, cometeram crime", afirmou. "O projeto beneficiará o setor privado, que

tanto degradou o ambiente."

Anistia - Segundo Bocuhy, se o Estado passar a responsabilidade de preservação para o setor privado, estará se ausentando da responsabilidade de fiscalizar o ambiente. "Além disso, o secretário não pode garantir que as pessoas vão recuperar o ambiente", ressaltou. "Isso é anistia, retrocesso."

Tripoli garantiu que não vai anistiar os invasores. Disse que aqueles que quiserem continuar lá terão de cumprir a lei. "Será uma solução tanto no âmbito ambiental quanto social", destacou. Segundo ele, o projeto será uma forma de acabar também com os inúmeros processos de despejo que

SECRETÁRIO CONVOCA ENTIDADES PARA DEBATE

correm na Justiça.

Tanto Bocuhy como Capobianco ainda não tiveram acesso ao projeto de lei. Eles querem analisá-lo para saber quais medidas legais poderão ser tomadas contra o projeto, caso seja aprovado na Assembleia. "O ano que vem é ano de eleições e os mananciais são grande fonte de votos", salientou Bocuhy. "Essa é uma ação clientelista."

O secretário convocou as entidades ambientalistas para uma reunião hoje à tarde. "Se ele não nos atender, vamos procurar o Ministério Público", disse Farias. "O projeto é ditatorial", afirmou.

Segundo Farias, Tripoli "passou por cima" do plano de desenvolvimento ambiental, que está sendo feito conjuntamente pelo Estado, 25 municípios e comitês das bacias hidrográficas. O plano traçará diretrizes para a cria-

ção de leis específicas para as regiões de Guarapiranga, Billings, Cantareira, Alto Tietê e Cotia. "Acho estranho que, quase na hora de substituímos a lei de 1976, ele faça isso, sem discutir conosco", afirmou.

"Boa-fé" - O ex-secretário do Meio Ambiente Fabio Feldman disse que ainda não tem conhecimento de detalhes do projeto, mas acredita que toda resolução estrutural sobre áreas de manancial deva passar por amplo debate. Feldman disse que todo cuidado é pouco para projetos em área de manancial, porque a expectativa de anistia pode provocar mais invasão. "Acredito na boa-fé do governador quando assinou o projeto", disse o ex-secretário. "Mas me preocupa se for confrontar com estratégias anteriores."